

EDP Transmissão SP-MG S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
EDP Transmissão SP-MG S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão SP-MG S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

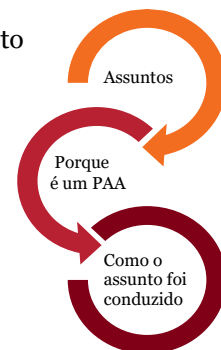
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração dos Ativos da Concessão (Nota 10)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras o montante de R\$ 2.682.885 mil referente aos ativos de concessão no âmbito do CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - Revenue from contract with customer) relacionados aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão acrescidos da margem de construção e da remuneração financeira, os quais requerem elevado grau de julgamento para avaliação do reconhecimento e mensuração dos montantes apresentados.

Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade dos cálculos. A mensuração em relação ao cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo, requerem a utilização de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços necessários para o cumprimento dessas obrigações, tais como as margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada separadamente e as projeções das receitas fixas e variáveis esperadas para essas obrigações de desempenho.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15, bem como a avaliação do desenho dos controles internos chave da Companhia relacionados ao processo de construção do ativo de contrato.

Efetuamos leitura dos contratos de concessão e seus aditivos (quando aplicável), testamos o cálculo dos valores alocados ao ativo de contrato de concessão, com base nas obrigações de performance previstas contratualmente e nos aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato.

Adicionalmente, analisamos as premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato de concessão em discussão com a Administração da Companhia e realizamos testes de inspeção documental do custo de construção no exercício.

Também avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Consideramos que a mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão, realizadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações feitas em notas explicativas, são razoáveis e estão consistentes com os dados e informações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável,

EDP Transmissão SP-MG S.A.

e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de fevereiro de 2023, sem ressalvas

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

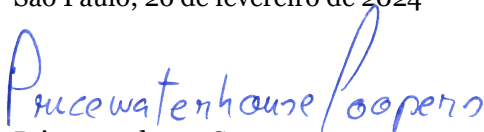
EDP Transmissão SP-MG S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5



Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

EDP TRANSMISSÃO SP-MG S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	93.208	57.114
Disponibilidade da rede elétrica	6	31.266	32.854
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	30	27
Outros tributos compensáveis	7	6.566	4.178
Ativos da concessão	10	244.460	243.225
Outros créditos	11	1.732	1.942
Total do Ativo Circulante		377.262	339.340
Não circulante			
Depósitos vinculados	17	31.604	32.763
Ativos da concessão	10	2.438.425	2.364.065
Outros créditos	11		6
		2.470.029	2.396.834
Imobilizado		622	762
Intangível		942	650
		1.564	1.412
Total do Ativo Não circulante		2.471.593	2.398.246
TOTAL DO ATIVO		2.848.855	2.737.586
PASSIVO			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	13	24.714	1.993
Debêntures	15	84.432	618.143
Outros tributos a recolher	7	6.438	5.572
PIS e COFINS diferidos	8	22.848	
Dividendos	14	23.996	37.029
Provisões	17	5.629	16.161
Parcela de Ajuste	12	4.850	3.015
Outras contas a pagar	11	1.117	1.638
Total do Passivo Circulante		174.024	683.551
Não circulante			
Debêntures	15	1.517.158	988.576
Empréstimos e financiamentos	16	155.458	155.563
PIS e COFINS diferidos	8	228.216	243.269
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	8	243.946	213.043
Provisões	17	56.278	47.133
Parcela de Ajuste	12	11.712	5.696
Outras contas a pagar	11	2.309	1.436
Total do Passivo Não circulante		2.215.077	1.654.716
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18.1	33.001	33.001
Reservas de lucros	18.3	426.753	366.318
Total do Patrimônio líquido		459.754	399.319
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.848.855	2.737.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO SP-MG S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2023	2022
Receitas	19	411.939	501.765
Custos			
Custo de operação	20.2	(14.069)	(5.184)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	20.1	(11.537)	(74.694)
		<u>(25.606)</u>	<u>(79.878)</u>
Lucro bruto		<u>386.333</u>	<u>421.887</u>
Despesas e Receitas operacionais	21		
Despesas gerais e administrativas		(2.863)	(5.178)
Outras despesas e receitas operacionais		(70.153)	252
		<u>(73.016)</u>	<u>(4.926)</u>
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		<u>313.317</u>	<u>416.961</u>
Resultado financeiro	22		
Receitas financeiras		15.556	17.630
Despesas financeiras		(209.304)	(220.319)
		<u>(193.748)</u>	<u>(202.689)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		<u>119.569</u>	<u>214.272</u>
Tributos sobre o lucro	23		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(30.903)	(66.157)
		<u>(30.903)</u>	<u>(66.157)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>88.666</u>	<u>148.115</u>
Resultado por ação atribuível aos acionistas	24		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		2,68677	4,48820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO SP-MG S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	88.666	148.115
Resultado abrangente do exercício	<u><u>88.666</u></u>	<u><u>148.115</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO SP-MG S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	33.001	258.202	-	291.203
Lucro líquido do exercício			148.115	148.115
Destinação do lucro				
Reserva de retenção de lucros		108.116	(108.116)	-
Dividendos intermediários (JSCP)			(19.801)	(19.801)
Dividendos complementares			(20.198)	(20.198)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	33.001	366.318	-	399.319
Saldos em 31 de dezembro de 2022	33.001	366.318	-	399.319
Lucro líquido do exercício			88.666	88.666
Destinação do lucro				
Reserva de retenção de lucros		60.435	(60.435)	-
Dividendos intermediários (JSCP)			(28.231)	(28.231)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.001	426.753	-	459.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO SP-MG S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		119.569	214.272
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Remuneração dos Ativos da concessão		(267.318)	(238.296)
Margem na construção		(909)	(33.758)
Reajuste Anual	4.2	(5.164)	(110.182)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		199.600	210.340
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		8.094	7.811
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária		(1.499)	1.627
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(3.010)	(2.622)
Outros		2.248	(745)
		<u>51.611</u>	<u>48.447</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Disponibilidade da rede elétrica		1.588	(32.854)
Ativos da concessão		216.325	157.586
Outros tributos compensáveis		(3.599)	(4.554)
Depósitos vinculados		4.169	4.022
Outros ativos operacionais		217	(1.459)
		<u>218.700</u>	<u>122.741</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		22.721	(5.113)
Outros tributos a recolher		(2.158)	11.538
Obrigações Sociais e Trabalhistas		(318)	(647)
Encargos setoriais		(484)	985
Provisões		(9.465)	(3.596)
Outros passivos operacionais		7.917	8.950
		<u>18.213</u>	<u>12.117</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>288.524</u>	<u>183.305</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>288.524</u>	<u>183.305</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições aos Ativos da concessão		(10.055)	(74.349)
Adições ao Imobilizado e Intangível		(348)	(692)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(10.403)</u>	<u>(75.041)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(37.029)	(33.598)
Captação de empréstimos e financiamentos		501.511	150.000
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures		(555.778)	(208.274)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos		(150.567)	(127.454)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(164)	(148)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	26.1	<u>(242.027)</u>	<u>(219.474)</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>36.094</u>	<u>(111.210)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		93.208	57.114
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		57.114	168.324
		<u>36.094</u>	<u>(111.210)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO SP-MG S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Geração do valor adicionado	452.975	556.670
Receita operacional	144.695	163.106
Receita com construção da infraestrutura	13.715	119.506
Remuneração dos Ativos da concessão	294.565	274.058
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(95.590)	(80.214)
Materiais	(506)	(230)
Serviços de terceiros	(13.616)	(4.660)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(11.538)	(74.694)
Outros custos operacionais	(69.930)	(630)
Valor adicionado bruto	357.385	476.456
Retenções		
Depreciações e amortizações	(153)	(134)
Valor adicionado líquido produzido	357.232	476.322
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	16.192	18.552
Valor adicionado total a distribuir	373.424	494.874
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	2.327	3.050
Benefícios	660	789
FGTS	483	644
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	71.050	121.559
Estaduais	115	13
Municipais		1
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	209.304	220.319
Aluguéis	819	384
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	28.231	19.801
Dividendos		20.198
	312.989	386.758
Lucros retidos	60.435	108.116
	373.424	494.874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A EDP Transmissão SP-MG S.A. (Companhia ou EDP Transmissão SP-MG), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil ou Controladora) com sede no município de São Paulo, no Estado do São Paulo, foi constituída em 12 de maio de 2017, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A alteração da sede da Companhia do município de Linhares - ES para o município de São Paulo - SP, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 29 de março de 2019.

Em 16 de maio de 2022 a Companhia concluiu as etapas necessárias para a energização e integração ao Sistema Interligado Nacional - SIN do trecho final do Lote 18 das linhas de transmissão de energia, referente a 375 km de Linha de Transmissão LT 500 kV entre a SE Cachoeira Paulista - SE Estreito, entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. A entrega do trecho foi antecipada em 7 meses frente ao calendário da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A entrada em operação comercial da linha representou na data uma RAP de R\$248.444.

2 Concessão

Em 24 de abril de 2017 a EDP - Energias do Brasil arrematou o lote 18 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, realizado pela ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 375 km, iniciada no município de Ibiraci no Estado de Minas Gerais e atravessando o Estado de São Paulo, até o município de Cachoeira Paulista.

A EDP - Energias do Brasil definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 36/2017 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
375 km	Serviço Público	Concessão	SP/MG	LT 500kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1 Receita Anual Permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP de R\$205.200 a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.205 (Nota 4.2), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Companhia passou a ser de R\$282.480.

2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2024. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 25.1.1.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 3.6); Realização dos tributos diferidos (Nota 8); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 10); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 17.1); Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 17.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 25.1.2.1).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Nota explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



3.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativos de concessão

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

3.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

3.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement 2</i>).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)</i> .	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7/ IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS7/ IAS16/ IAS 23/ IAS 33	Pronunciamento	04/08/2023
OCP 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/12/2023
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025

3.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	IFRS 10 / IAS 28	Pronunciamento	Indeterminado

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Liberação e captação de recurso

Durante o exercício de 2023 a Companhia obteve o seguinte recurso:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Debêntures - 4ª Emissão	dez/23	nov/38	525.000	IPCA + 6,35%	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida
			<u>525.000</u>		

4.2 Reajuste tarifário

Em 04 de julho de 2023, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.205, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 1,76% de reajuste para a Companhia, conforme mencionado na nota 2.1. Com relação a alteração do WACC no processo de Revisão Tarifária Periódica - RTP da Companhia, esta é considerada uma alteração contratual e seus efeitos apropriados em Outros Resultados em Despesas Operacionais (Nota 21), no montante de R\$69.920.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	9.475	477
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	83.733	56.637
Total	<u>93.208</u>	<u>57.114</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Em 31 de dezembro de 2023 os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados a taxas que variam entre 98,00% e 102,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

6 Disponibilidade da rede elétrica

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica em 31 de dezembro de 2023 de R\$31.266 (R\$32.854 em 31 de dezembro de 2022), em sua totalidade, refere-se ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Disponibilidade da rede elétrica e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2023
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar		27		3		-	30
Total Circulante		27	-	3	-	-	30
Outros tributos compensáveis							
ICMS		-	427			(35)	392
PIS e COFINS		78	1.137			(1.174)	41
IRRF sobre aplicações financeiras		3.586	1.861			(1)	5.446
IR/CS retidos sobre faturamento		514	174			(1)	687
Total Circulante		4.178	3.599	-	-	(1.211)	6.566
Passivos a recolher							
Outros tributos a recolher							
ICMS		-	294		(259)	(35)	-
PIS e COFINS		2.443	29.981		(29.305)	(1.174)	1.945
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		44	4.648	22	(4.579)	(1)	134
IRRF sobre juros s/ capital próprio	7.1	2.970	4.235		(2.970)		4.235
Encargos com pessoal		115	1.640		(1.630)	(1)	124
Total Circulante		5.572	40.798	22	(38.743)	(1.211)	6.438

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

A Companhia, conforme publicação do Diário Oficial de 3 de janeiro de 2018, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI devido aos projetos aprovados de infraestrutura de construção no setor de energia. O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e o COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão.

7.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$4.235 foi relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2023 a ser liquidado em janeiro de 2024.

8 Tributos diferidos

	Nota	Passivo		
		Circulante	Não circulante	
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	8.1	22.848	228.216	243.269
Imposto de renda e contribuição social	8.2		243.946	213.043
Total		22.848	472.162	456.312

8.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 9,25%.

8.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
Prejuízos Fiscais	77.877	37.051			40.826	37.051
Base Negativa da Contribuição Social	28.036	13.338			14.698	13.338
	105.913	50.389	-	-	55.524	50.389
Diferenças Temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.704	6.096			1.608	1.884
Gastos Pré-operacionais	11.921	15.685			(3.764)	7.444
Atualização dos ativos da concessão			452.275	366.155	(86.120)	(136.140)
PIS e COFINS sobre ativos da concessão	85.013	82.400			2.613	11.101
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	255	337	212	301	7	13
Outras	109	71	2.374	1.565	(771)	(848)
Total diferenças temporárias	105.002	104.589	454.861	368.021	(86.427)	(116.546)
Total bruto	210.915	154.978	454.861	368.021	(30.903)	(66.157)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(210.915)	(154.978)	(210.915)	(154.978)		
Total	-	-	243.946	213.043		

8.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2024	2025	2026	2027	2028	2029 a 2031	Total Não circulante
31.046	34.262	35.412	35.260	36.302	38.633	210.915

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 14) e contratos de mútuo (Nota 16) a pagar para sua Controladora, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo			Resultado	
				Circulante		Circulante	Não circulante		Receitas (Despesas)	
				31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	Operacionais	
								2023	2022	
Disponibilidade da rede elétrica (Nota 6)										
Uso do sistema de transmissão										
EDP Espírito Santo	Controle Comum		30/07/2020 a 31/01/2033	348	380				3.060	2.657
EDP São Paulo	Controle Comum		23/12/2019 a 31/01/2033	542	605				5.263	3.565
Enerpeixe	Controle Comum		12/05/2017 a 01/11/2036	41	47				404	320
Lajeado	Controle Comum		01/01/2021 a 31/01/2033	56	64				549	436
Investco	Controle Comum		12/05/2017 a 31/01/2033	1					8	6
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum		14/06/2021 a 11/08/2047	12	15				161	133
São Manoel	Controle Comum		12/05/2017 a 30/04/2049	81	101				832	686
Porto do Pecém	Coligada (*)		12/05/2017 a 31/01/2033	60	50				508	443
CEJA	Controle Comum		12/05/2017 a 01/12/2044	19	31				255	210
				1.160	1.293	-	-	-	11.040	8.456
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 11)										
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/07/2017 a 31/12/2026				13	13	(197)	(184)
EDP São Paulo	Controle comum		01/01/2021 a 31/12/2026				1	10	(1)	(18)
Opções de ações outorgadas da Companhia (Nota 9.2.1)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora		18/06/2020 a 30/06/2026					32		(75)
Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice (c)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2023				64	147	(938)	(1.035)
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2027				216	136	(1.627)	(2.157)
Contratos de Prestação de Serviços (d)										
EDP Trading	Controle Comum		22/10/2020 a 31/05/2022							(206)
EDP Goiás	Controle Comum		01/06/2022 a 23/01/2025			347				(347)
				-	-	347	294	338	(2.763)	(4.022)
				1.160	1.293	347	294	338	8.277	4.434

(*) Em 22 de dezembro de 2023, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a Companhia Porto do Pecém e, conseqüentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Goiás, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte, Porto do Pecém (*), Investco, Lajeado, Enerpeixe, EDP Trading e EDP Smart Energia. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do DSP nº 459 de 1º de março de 2023.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: Os instrumentos têm por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados a atual sede da controladora EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a Controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. O contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP SP localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP SP e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém (*), Investco, Lajeado e EDP Smart Energia, bem como entre a EDP - Energias do Brasil e EDP Espírito Santo, EDP Goiás, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão SP-MG e EDP Transmissão Litoral Sul. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2023 e não necessitam de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.

A partir de 07 de fevereiro de 2022 foram firmados aditivos com objetivo de incluir a EDP Goiás como parte dos contrato.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém (*), EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG. O contrato mantém o critério de rateio regulatório.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás como partes do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima e são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *BackOffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023.

Com a alienação da companhia Energest pela controladora EDP - Energias do Brasil, em dezembro de 2022 foi firmado aditivo excluindo tal empresa, porém mantendo a vigência e demais condições do contrato anterior.

(d) Contratos de Prestação de Serviços

Foi aprovado pela ANEEL, em 03 de março de 2021, por meio do Despacho nº 588, o Contrato de Prestação de serviços de operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante os sete dias da semana, entre a EDP Transmissão SP-MG S.A. e a EDP Trading.

Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 23 de janeiro de 2025.

(*) Em 22 de dezembro de 2023, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Porto do Pecém e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

9.1 Controladora direta e final

A controladora direta e final da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A.

9.2 Remuneração dos administradores

	Diretoria Estatutária	
	2023	2022
Remuneração (a)	503	674
Benefícios de curto prazo (b)		31
Total	503	705

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9.2.1 Opções de ações outorgadas da controladora

No exercício de 2023 houve a transferência dos beneficiários para outras companhias do grupo EDP - Energias do Brasil, desta forma, as ações outorgadas foram encerradas na Companhia.

10 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11, revogada pelas instruções CVM nº122/22 e nº128/22.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são os modelos do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota 19.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

De acordo com CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais devem seguir os requisitos do CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 25.2.3.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2022	Adições (Notas 19 e 20)	Remuneração (Nota 19)	Faturamento de RAP (Nota 6)	Margem na construção (Nota 19)	Reajuste tarifário (Nota 4.2)	Outros (Nota 19)	Valor líquido em 31/12/2023
Ativos da concessão	2.607.290	11.538	294.565	(238.375)	909	5.690	1.268	2.682.885
Total	2.607.290	11.538	294.565	(238.375)	909	5.690	1.268	2.682.885
Circulante	243.225							244.460
Não circulante	2.364.065							2.438.425

O saldo de R\$2.682.885 em 31 de dezembro de 2023 (R\$2.607.290 em 31 de dezembro de 2022) representa a conclusão de 99,00% do investimento previsto para o projeto (98,00% em 31 de dezembro de 2022), acrescido de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS).

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		7	20		
Ressarcimento de custos - CDE		1.597	1.382		
Despesas pagas antecipadamente		3	216		6
Outros		125	324		
Total		1.732	1.942	-	6
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		24	56	263	111
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			294	338
Arrendamentos e aluguéis		152	159	599	710
Encargos setoriais	11.2	573	727	1.153	277
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.1	368	686		
Outros			10		
Total		1.117	1.638	2.309	1.436

11.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

11.2 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Atualizações monetárias	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	912	2.752	105	(2.137)	1.632
Outros encargos	92	1.133		(1.131)	94
Total	1.004	3.885	105	(3.268)	1.726
Circulante	727				573
Não circulante	277				1.153

12 Parcela de ajuste

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$4.850 (R\$3.015 em 31 de dezembro de 2022) Circulante e R\$11.712 (R\$5.696 em 31 de dezembro de 2022) Não circulante, refere-se à estimativa da Parcela de Ajuste - PA correspondente ao ciclo 2022/2023, a qual reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP, estabelecida pela ANEEL, e os valores dos Avisos de Crédito – AVC, emitidos pelo ONS. A PA é calculada pela ANEEL ao final do ciclo corrente e aplicada no próximos doze meses, sendo o valor homologado juntamente com o novo valor de receita da Companhia, após o processo de RTA ou RTP, conforme data definida em contrato de concessão (Nota 4.2).

13 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e serviços	24.714	1.993
Total	24.714	1.993

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

13.1 Materiais e serviços

Do montante de R\$24.714, R\$23.488 refere-se aos serviços financeiros com emissão das debêntures, cuja previsão de pagamento é no início do exercício de 2024.

14 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Dividendos

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 28 de abril de 2023, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$148.115 da seguinte forma: (i) R\$20.198 como dividendos; (ii) R\$19.801 como JSCP, sendo R\$16.831 líquido de imposto de renda; e (iii) R\$108.116 como reserva de lucros a realizar. Os dividendos e JSCP foram pagos ao acionista integralmente em 14 de agosto de 2023 e 23 de agosto de 2023, respectivamente.

JSCP

Em RCA - Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de dezembro de 2023, foi aprovada a constituição de JSCP relativo ao exercício de 2023, no montante de R\$28.231, sendo R\$23.996 líquido de imposto de renda.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

Passivo	31/12/2022	JSCP	Pagamentos	31/12/2023
EDP - Energias do Brasil	37.029	23.996	(37.029)	23.996
Total dividendos passivo	37.029	23.996	(37.029)	23.996

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



15 Debêntures

15.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2023				31/12/2022			
											Encargos		Principal		Encargos		Principal	
											Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	800.000	1	800.000	2ª emissão em 15/07/2019	15/07/2019 a 15/07/2039	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 4,45% a.a.	Principal semestral a partir de julho/2022 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	27.089	49.872	1.055.501	1.132.462	26.019	60.841	1.025.714	1.112.574
(-) Custos de emissão		(56.278)		(56.278)		15/07/2019 a 15/07/2039			Amortização mensal			(4.188)	(32.918)	(37.106)		(4.247)	(37.138)	(41.385)
Pentágono S.A. Distribuidora	Instrução CVM nº 160/22	525.000	1	525.000	3ª emissão em 05/11/2021	05/11/2021 a 05/11/2023	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	CDI + 1,10% a.a.	Principal no final e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil				-	11.088	525.000		536.088
(-) Custos de emissão		(1.266)		(1.266)		05/11/2021 a 05/11/2023			Amortização mensal						(558)		(558)	
Pentágono S.A. Distribuidora	Instrução CVM nº 160/22	525.000	1	525.000	4ª emissão em 15/11/2023	15/11/2023 a 15/11/2038	Refinanciamento do Funding de aquisição	IPCA + 6,3500% a.a.	Principal e juros semestral	Fiança Corporativa, Penhor de Ações e Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do Contrato de Concessão	3.439	10.500	515.465	529.404				-
(-) Custos de emissão		(23.488)		(23.488)		15/11/2023 a 15/11/2038			Amortização mensal			(2.280)	(20.890)	(23.170)				-
Total											30.528	53.904	1.517.158	1.601.590	37.107	581.036	988.576	1.606.719

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima é de R\$1.661.866 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.648.662 em 31 de dezembro de 2022).

15.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Juros provisionados	Pagamentos	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante								
Principal	585.841			(555.778)	(20.252)		50.561	60.372
Juros	37.107		124.254	(130.833)				30.528
Custo de transação	(4.805)				(6.819)	5.156		(6.468)
	618.143	-	124.254	(686.611)	(27.071)	5.156	50.561	84.432
Não circulante								
Principal	1.025.714	525.000			20.252			1.570.966
Custo de transação	(37.138)	(23.489)			6.819			(53.808)
	988.576	501.511	-	-	27.071	-	-	1.517.158

15.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Total
Circulante	
2024	84.432
	84.432
Não circulante	
2025	53.575
2026	60.821
2027	64.246
2028	72.703
2029	85.308
2030 até 2039	1.180.505
	1.517.158
Total	1.601.590

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão do contrato estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

• Para todas as emissões:

(i) Liquidação, dissolução, decretação de falência ou pedido de falência da Companhia ou da interveniente garantidora, exceto se em decorrência de uma operação societária; e

(ii) Manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado anualmente em dezembro.

• Específicas para a 2ª emissão:

(i) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, e autofalência da Companhia ou da interveniente garantidora, não contestado no prazo legal;

(ii) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou da interveniente garantidora cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$75.000; e

(iii) Inadimplemento pela Companhia e/ou pela interveniente garantidora cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$75.000.

• Específicas para a 4ª emissão:

(i) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$95.000, ou seu equivalente em outras moedas;

(ii) contratação de quaisquer novas dívidas pela Emissora, exceto se após tal contratação a Emissora cumprir o ICSD projetado até a Data de Vencimento, calculado pela Emissora de acordo com a fórmula prevista no Anexo III ("ICSD Projetado") de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois centésimos) (inclusive) a ser calculada pela Emissora com base nas projeções gerenciais da Emissora e comprovada ao Agente Fiduciário por meio de declaração da Emissora e desde que a classificação de risco (rating) desta Emissão, na data de contratação de quaisquer novas dívidas pela Emissora, não seja rebaixada em função de tal contratação.

(iii) contratação de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuária, junto aos seus acionistas diretos e indiretos, em valor superior a R\$255.000, corrigidos anualmente pelo IPCA, ou que possuam remuneração acima de 103% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br), ("Taxa DI") ou que não sejam subordinados em garantias em relação às Debêntures;

(iv) inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Garantidora, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros, exceto pela presente Escritura de Emissão (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R\$95.000, ou seu equivalente em outras moedas.

(v) (1) A Companhia esteja em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão; ou (2) desde que a Alteração de Controle Permitida não tenha ocorrido e somente enquanto a Fiança estiver vigente, a Garantidora estiver com o índice financeiro resultante da divisão Dívida Financeira Líquida Consolidada/EBITDA Garantidora acima de 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) ou (3) após a Exoneração da Fiança, quando a Emissora estiver em descumprimento do ICSD Ajustado mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), ocorram quaisquer das seguintes situações:

(a) Distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio da Emissora em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no estatuto social da Emissora;

(b) Aprovação de resgate (desde que não seja mediante redução de capital, hipótese esta tratada no item "iii" abaixo) ou amortização de ações de emissão da Companhia; ou

(c) Realização de pagamentos aos acionistas da Companhia sob obrigações contratuais;

(vi) Protesto de títulos contra a Companhia e/ou contra a Garantidora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$95.000, ou seu equivalente e desde que em outras moedas, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia e/ou pela Garantidora, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;

(vii) Inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Garantidora, de sentença judicial, transitada em julgado e/ou decisão arbitral final não sujeita a recurso contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$95.000, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão arbitral;

Nota explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



(viii) Durante a vigência da Fiança e desde que a Alteração de Controle Permitida não tenha ocorrido, não observância, pela Garantidora, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Financeira Líquida Consolidada / EBITDA Garantidora menor ou igual a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos), a ser apurado pela Garantidora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Garantidora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.2 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras da Garantidora;

(ix) Após o *Completion* Físico-Financeiro e desde que a Fiança não esteja vigente, caso o ICSD Ajustado apurado anualmente seja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) e igual ou superior a 1,05 (um inteiro e cinco centésimos) por 3 (três) anos consecutivos ou 4 (quatro) anos alternados ou o ICSD Ajustado seja inferior a 1,05 (um inteiro e cinco centésimos) por 2 (dois) anos consecutivos ou 3 (três) anos alternados, a ser apurado pela Emissora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Emissora e verificado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras da Emissora;

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas qualitativas e quantitativas previstas no contrato de debêntures.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Os empréstimos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2023			31/12/2022		
								Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
								Não circulante	Não circulante		Não circulante	Não circulante	
Moeda nacional													
EDP - Energias do Brasil	150.000	04/11/2022	150.000	04/11/2022 a 21/11/2026	Contratos de Mútuo	100,3% CDI	Principal no final e juros semestrais	5.458	150.000	155.458	5.563	150.000	155.563
Total								<u>5.458</u>	<u>150.000</u>	<u>155.458</u>	<u>5.563</u>	<u>150.000</u>	<u>155.563</u>

Não há cláusulas de *covenants* para os empréstimos mencionados acima.

Não há garantias para os empréstimos mencionados acima.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

16.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2022		Pagamentos	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2023	
	Transferência					
Circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Juros	-	17.981	(19.734)	1.753	-	-
	-	17.981	(19.734)	1.753	-	-
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	150.000				150.000	
Juros	5.563	(17.981)		17.876	5.458	
	155.563	(17.981)	-	17.876	155.458	

16.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Total
Não circulante	
2026	155.458
Total	155.458

17 Provisões

	Nota	Provisões				Depósitos vinculados	
		Passivo				Ativo	
		Circulante		Não circulante		Não circulante	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisões cíveis	17.1			51.812	47.084	31.604	32.763
Licenças ambientais	17.2	5.629	16.161	4.466	49		
Total		5.629	16.161	56.278	47.133	31.604	32.763

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

17.1 Provisões cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Passivo				Ativo	
		Saldo em 31/12/2022	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023	Depósito judicial
Cíveis	17.1.1.1	47.075	2.751	(4.849)	6.826	51.803	27.963
Outros		9				9	
Total Não circulante		47.084	2.751	(4.849)	6.826	51.812	27.963

17.1.1.1 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.

17.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de natureza cível, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito judicial			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis		117	1.872	74
Fiscais	189	171		
Total	189	288	1.872	74

17.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2023 é de R\$1.769 (R\$4.295 em 31 de dezembro de 2022).

17.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,50% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2022		Atualização monetária	Transferência	AVP	Reversão	Saldo em 31/12/2023
	Pagamentos						
Circulante	16.161	(4.616)	748	(5.276)	(233)	(1.155)	5.629
Não circulante	49		134	5.276	(993)		4.466
Total	16.210	(4.616)	882	-	(1.226)	(1.155)	10.095

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$33.001 totalmente subscrito e integralizado, representado por 33.001.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

18.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		88.666	148.115
		<u>88.666</u>	<u>148.115</u>
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	14	28.231	19.801
Dividendos complementares	14		20.198
Reserva de lucros		60.435	108.116
		<u>88.666</u>	<u>148.115</u>

18.3 Reservas de lucros

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Reservas de lucros			
Legal	18.2	6.600	6.600
Retenção de lucros	18.2	420.153	359.718
		<u>426.753</u>	<u>366.318</u>

19 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 é de 7,88% (7,88% em 31 de dezembro de 2022) sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Companhia e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data em que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 é de 120% (120% em 31 de dezembro de 2022).

Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo do Ativos da Concessão.

O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Companhia representa 11,73% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	2023	2022
Receita de construção da Infraestrutura da Concessão	10 e 19.1	13.715	119.506
Remuneração dos Ativos da concessão	10	294.565	274.058
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	10	69.087	50.544
Parcela Variável – IPCA	10	75.608	112.562
Receita operacional bruta		452.975	556.670
(-) Deduções à receita operacional			
Tributos sobre a receita			
PIS/COFINS diferidos		(37.151)	(52.329)
		(37.151)	(52.329)
Encargos do consumidor			
P&D		(2.752)	(2.015)
Outros encargos		(1.133)	(561)
		(3.885)	(2.576)
		(41.036)	(54.905)
Receita		411.939	501.765

19.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão

A redução representa que no exercício de 2023 houve a conclusão do investimento previsto no projeto, acrescido de margem de construção e PIS/COFINS, desta forma alcançando 99,00% de investimento total previsto da obra.

20 Custo de construção da infraestrutura da concessão e custo da operação

20.1 Custos de construção da infraestrutura da concessão

	Nota	2023	2022
Terrenos		1.124	1.256
Edificações, obras civis e benfeitorias			58.156
Máquinas e equipamentos		9.490	8.217
Móveis e utensílios		840	210
Gastos ambientais			386
Juros capitalizados			167.859
Outros		84	(161.390)
	10	11.538	74.694

20.2 Custos da operação

	Nota	2023	2022
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.2	1.654	1.288
Material		394	172
Serviços de terceiros	21.3	11.939	3.233
Depreciação - Ativos de direito de uso		97	
Amortização		42	42
Arrendamentos e aluguéis		819	310
Outras		(876)	139
Total		14.069	5.184

21 Despesas e Receitas operacionais

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	Despesas operacionais					
		2023			2022		
		Gerais e Administrativas	Outras	Total	Gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.2	2.017		2.017	3.325		3.325
Material		110		110	58		58
Serviços de terceiros	21.3	722		722	1.427		1.427
Depreciação - Ativos de direito de uso				-	92		92
Amortização		14		14			-
Provisões cíveis			2	2		(252)	(252)
Arrendamentos e aluguéis				-	74		74
Outras	21.1		70.151	70.151	202		202
Total		2.863	70.153	73.016	5.178	(252)	4.926

21.1 Outras

Do montante de R\$70.151, R\$69.920 refere-se ao ajuste realizado no ativo da concessão com base na atualização da Receita Anual Permitida (RAP), conforme estabelecido na Resolução Homologatória - REH nº 3.205 (Nota 4.2).

21.2 Pessoal

	2023	2022
Pessoal		
Remuneração	1.949	2.108
Encargos	687	745
Previdência privada - Corrente	62	77
Programa de demissão voluntária		36
Despesas rescisórias	152	216
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	138	421
Outros benefícios - Corrente	574	681
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(27)	
Outros	4	5
	<u>3.539</u>	<u>4.289</u>
Administradores		
Honorários e encargos	(8)	190
Benefícios dos administradores	140	134
	<u>132</u>	<u>324</u>
	<u>3.671</u>	<u>4.613</u>

21.3 Serviços de terceiros

	Nota	2023	2022
Serviços de consultoria		756	680
Serviços de manutenção	21.3.1	10.339	1.992
Serviços de limpeza e vigilância			25
Serviços ambientais		101	
Serviços de informática		349	85
Serviços de publicação e publicidade		172	125
Serviços de telecomunicações		488	
Serviços de transporte		303	150
Serviços Compartilhados		917	986
(-) Crédito de PIS/COFINS		(955)	
Outros		191	617
		<u>12.661</u>	<u>4.660</u>

21.3.1 Serviços de manutenção

Refere-se aos gastos com limpeza, conservação, manutenção de faixas e recuperação de trechos e acessos degradados durante a fase de construção.

22 Resultado Financeiro

	Nota	2023	2022
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras	5	10.898	15.144
Depósitos judiciais		3.010	2.622
Juros e multa sobre tributos	7	3	631
Outros juros e variações monetárias		2.199	
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(636)	(922)
Outras receitas financeiras		82	155
		<u>15.556</u>	<u>17.630</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	16.2	(19.629)	(28.979)
Debêntures	15.2	(179.971)	(181.361)
Juros e multa sobre tributos	7	(22)	(1)
Provisões cíveis	17.1.1	(6.826)	(8.070)
Arrendamentos e aluguéis		(89)	(94)
Outros juros e variações monetárias		(1.854)	(1.243)
Outras despesas financeiras		(913)	(571)
		<u>(209.304)</u>	<u>(220.319)</u>
		<u>(193.748)</u>	<u>(202.689)</u>

23 Impostos de renda e Contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	119.569	214.272
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(40.653)	(72.852)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Juros sobre o capital próprio	9.599	6.732
Outros		
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	189	
Outras	(38)	(37)
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(30.903)</u>	<u>(66.157)</u>
Alíquota efetiva	25,85%	30,88%

24 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	2023	2022
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	88.666	148.115
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	33.001	33.001
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	2.68677	4.48820

25 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

25.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

25.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Nota	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil		
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Custo amortizado						
Aplicações financeiras	5	Nível 2	83.733	56.637	83.733	56.637
			83.733	56.637	83.733	56.637
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento		Nível 2	9.475	477	9.475	477
Disponibilidade da rede elétrica	6	Nível 2	31.266	32.854	31.266	32.854
			40.741	33.331	40.741	33.331
Total			124.474	89.968	124.474	89.968
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Custo amortizado						
Fornecedores	13	Nível 2	24.714	1.993	24.714	1.993
Debêntures	15	Nível 2	1.461.222	1.368.250	1.601.590	1.606.719
Empréstimos e financiamentos	16					
Contratos de mútuo		Nível 2	155.458	155.563	155.458	155.563
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	Nível 2	294	338	294	338
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	743	896	751	869
Licenças ambientais	17.2	Nível 2	10.149	16.062	10.095	16.210
Total			1.652.580	1.543.102	1.792.902	1.781.692

25.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Nota explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



25.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

25.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das Debêntures, Arrendamentos e aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

25.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

25.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

Nota explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



25.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados nas notas 15 e 16, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado à CDI e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

25.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	83.733	7.066	-	-	90.799	1.760	3.518	(1.762)	(3.527)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	83.733	7.066	-	-	90.799	1.760	3.518	(1.762)	(3.527)
Empréstimos e financiamentos - Mútuo	CDI	(155.458)	(14.066)	(28.929)	-	(198.453)	(11.814)	(24.068)	11.381	22.335
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(155.458)	(14.066)	(28.929)	-	(198.453)	(11.814)	(24.068)	11.381	22.335
		<u>(71.725)</u>	<u>(7.000)</u>	<u>(28.929)</u>	<u>-</u>	<u>(107.654)</u>	<u>(10.054)</u>	<u>(20.550)</u>	<u>9.619</u>	<u>18.808</u>
Debêntures	IPCA	(1.661.866)	(148.707)	(469.552)	(763.514)	(3.043.639)	(224.730)	(472.579)	203.954	389.225
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(1.661.866)	(148.707)	(469.552)	(763.514)	(3.043.639)	(224.730)	(472.579)	203.954	389.225

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 8,0% e 11,7% a.a. e IPCA entre 3,6% e 8,7% a.a.

25.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 15 e 16.

Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 10) cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2023					AVP	Total	Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos			
Passivos financeiros								
Fornecedores	24.432	282					24.714	1.993
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				294			294	338
Debêntures	43.798		40.634	336.653	1.180.505		1.601.590	1.606.719
Empréstimos e financiamentos				155.458			155.458	155.563
Arrendamentos e aluguéis	13	13	136	654	314	(379)	751	869
Licenças ambientais	463	1.318	4.081	3.746	1.714	(1.227)	10.095	16.210
	<u>68.706</u>	<u>1.613</u>	<u>44.851</u>	<u>496.805</u>	<u>1.182.533</u>	<u>(1.606)</u>	<u>1.792.902</u>	<u>1.781.692</u>

25.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

Nota	31/12/2023	31/12/2022
Classificação da instituição financeira		
AAA	78.088	48.600
AA	5.645	8.037
5	<u>83.733</u>	<u>56.637</u>

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

Nota explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**26.2 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2023	2022
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	23.996	37.029
Capitalização no Intangível nos Ativos da concessão relativo a contingências	2.749	(338)
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	(43)	460
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão		345
Total	26.702	37.496

27 Compromissos contratuais e Garantias
27.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2023				31/12/2022	
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	172				172	
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e transporte de energia	24	44			68	1
Materiais e serviços	10.635	6.748	1.407	1.996	20.786	29.737
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	162.773	241.274	181.412	434.785	1.020.244	725.832
	173.604	248.066	182.819	436.781	1.041.270	755.570

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2023				31/12/2022	
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	167				167	
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e transporte de energia	24	47			71	1
Materiais e serviços	10.313	7.139	1.736	3.015	22.203	35.382
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	155.843	274.171	228.848	710.638	1.369.500	1.213.352
	166.347	281.357	230.584	713.653	1.391.941	1.248.735

28 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	67.720	100.000	67.720	100.000
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Seguro de vida	791	(*)	1.457	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

O seguro de Responsabilidade Civil - Engenharia possui como segurado a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.583;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$238.995; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

29 Eventos subsequentes

29.1 Distribuição de parcela dos lucros retidos e aumento de capital

Em AGE, realizada em 08 de fevereiro de 2024, foram aprovadas: (i) distribuição de parcela dos lucros retidos, no montante de R\$31.769; e (ii) aumento de capital, no montante de R\$33.001, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de saldo da Reserva de Lucros da Companhia.

29.2 Alienação de 100% do capital social da Companhia

Em 20 de fevereiro de 2024, a EDP - Energias do Brasil, até então controladora da Companhia, divulgou novo Comunicado ao Mercado informando a conclusão da venda, para a Edify Empreendimentos e Participações S.A ("Edify"), sociedade gerida pela Actis.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz

Presidente

Luiz Otávio Assis Henriques

Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade

Conselheiro

Henrique Manoel Marques Faria Lima Freire

Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Otávio Assis Henriques

Diretor-Presidente

Júlio César de Andrade

Diretor

José Gleylson Fernandes Silva

Diretor Administrativo e Financeiro

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho

Diretor Técnico

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte

Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)

Carla Renata Baptista

Contadora - CRC 1SP328362/O-5